

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis
6º Período Noite
Análise de Custos
Auditoria
Contabilidade Governamental
Contabilidade e Orçamento Empresarial
Ética Profissional
Sistemas Contábeis II

Ester do Carmo de Oliveira Souza

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Belo Horizonte
23 Maio 2012

Ester do Carmo de Oliveira Souza

**CONTRIBUIÇÕES DAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO PARA A
FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Resumo de assunto apresentado às disciplinas:
Análise de Custos, Auditoria, Contabilidade
Governamental, Contabilidade e Orçamento
Empresarial, Ética Profissional, Sistemas
Contábeis II do 6º Período do Curso de
Ciências Contábeis Noite do Instituto de
Ciências Econômicas e Gerenciais da PUC
Minas BH.

Belo Horizonte
23 Maio 2012

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 3 |
| 2 O INTER-RELACIONAMENTO DA GESTÃO E ANÁLISE DOS CUSTOS COM A AUDITORIA, A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL | 4 |
| 2.1 Procedimentos de Auditoria na identificação de Custos..... | 4 |
| 2.1.1 Procedimentos de auditoria para validação dos estoques..... | 4 |
| 2.2 Análise de Custos x Orçamento..... | 6 |
| 2.3 Custos x Sustentabilidade Ambiental..... | 7 |
| 3 AUDITORIA | 9 |
| 3.1 Auditoria Externa..... | 9 |
| 3.2 Auditoria Independente..... | 9 |
| 3.3 Auditoria Interna..... | 10 |
| 3.4 Quadro das diferenças básicas entre a Auditoria Interna e a Auditoria Externa | 11 |
| 3.5 A importância da auditoria nas empresas..... | 12 |
| 3.5.1 Controle Interno | 12 |
| 4 ESPECIFICIDADE DE CONTABILIDADE PÚBLICA..... | 14 |
| 5 AS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO COM O CONTEXTO, PROCESSO E TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO EM ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS | 17 |
| 6 EVIDENCIAÇÃO DA ÉTICA PROFISSIONAL | 20 |
| 7 DECLARAÇÕES E DEMONSTRATIVOS OBRIGATÓRIOS | 21 |
| 7.1 Principais Declarações e Demonstrativos – Obrigações Acessórias..... | 22 |
| 7.1.1 SPED – Sistema Público de Escrituração Digital..... | 23 |
| 7.2 Relações com as demais disciplinas..... | 24 |
| 7.3 Pesquisa de Campo – Realidade Profissional | 25 |
| 8 CONCLUSÃO | 26 |
| REFERÊNCIAS..... | 27 |
| APÊNDICE A – Pesquisa de Campo | 29 |

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata-se de um inter-relacionamento entre disciplinas do 6º período do curso de Ciências Contábeis que tem como tema “Contribuições das diversas áreas do conhecimento para a formação e atuação do profissional de ciências contábeis”. Estas informações foram baseadas através de pesquisas em livros, Internet e orientações dadas pelos professores.

O setor público vem passando por uma reforma contábil com base nas Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público, integrando aos órgãos e entidades o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e adotando o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público para um melhor entendimento por parte dos usuários da informação.

As áreas do conhecimento para o controle orçamentário dentro das organizações empresariais têm como principal objetivo ser ferramenta de planejamento das ações, contribuindo para o processo de orçamento na implantação e orientação de técnicas e fórmulas e na identificação de possíveis situações que possam comprometer ou limitar o desenvolvimento das atividades.

No presente trabalho demonstraremos as principais declarações e demonstrativos contábeis, bem como as disciplinas relacionadas ao preenchimento correto destas, Análise de Custos, Auditoria e Ética. Através da disciplina de Sistemas Contábeis II, adquirimos prática para vida profissional na emissão de tais declarações e demonstrativos.

A abordagem do tema fez-se de suma importância para o estudante ter a oportunidade de associar a teoria oferecida pela graduação ao resultado de uma entidade com grande relevância no mercado.

2 O INTER-RELACIONAMENTO DA GESTÃO E ANÁLISE DOS CUSTOS COM A AUDITORIA, A GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

2.1 Procedimentos de Auditoria na identificação de Custos

Auditoria de custos consiste em avaliar todos os procedimentos relacionados ao processo produtivo, formação de preço de venda e rentabilidade por produto das empresas, com a finalidade de obter a certeza dos controles internos adotados, formas de apuração de custos, e da correta utilização dos dados gerenciais que esta ferramenta proporciona. Essa análise ajuda na correção de erros adotados, capacitando aos responsáveis e em especial a gerência a identificação rápida de distorções, que podem ocorrer a qualquer momento num processo tão dinâmico e vital para a empresa, que é a apuração de custos.

2.1.1 Procedimentos de auditoria para validação dos estoques

Os estoques constituem o principal item de ativo de muitas empresas e, nestas, dedica-se geralmente um tempo considerável à verificação dos estoques. Uma vez que constituem itens tangíveis, os auditores têm que se preocupar em determinar quantidades e qualidades dos mesmos, assim como em conferir a exatidão dos cálculos referentes a seu valor.

Os objetivos dos auditores, com respeito ao exame dos estoques, compreendem em:

- Determinar se há um bom controle sobre os estoques;
- Verificar se o cliente é realmente o proprietário do estoque;
- Determinar a quantidades de estoques em posse do cliente;
- Averiguar se o cliente atribui preços adequados a seu estoque;
- Determinar se há ônus sobre o estoque;
- Determinar a possibilidade de vendas do estoque existente, atentando para indícios, tais como mercadorias danificadas, itens obsoletos e etc.;
- Determinar a forma correta para demonstrações do estoque nas demonstrações financeiras.

Um procedimento, que as Normas de Auditoria, dão como norma de auditoria

geralmente aceita, é a observação dos estoques. Esse procedimento ajuda os auditores a atingirem vários objetivos, inclusive aqueles relativos à propriedade, quantidades, existência real e possibilidade de venda.

Uma observação bem feita do estoque deve dar ao auditor a certeza com relação às características físicas, qualitativas, e quantitativas dos estoques. Um bom meio de fazer levantamento físico é organizando-se equipes de contagem e efetuando-se segundas contagens, também chamadas cegas. Cada equipe é geralmente formada por duas pessoas, uma do departamento que controla os itens e outra de um departamento alheio ao de estoques.

Os procedimentos prevêm que a primeira equipe vá para o local do inventário, conte os itens, preencha e destaque a terceira parte da etiqueta. Uma segunda equipe, então agindo independentemente, conta o estoque, preenche e destaca a segunda parte da etiqueta. Essas duas partes, segundas e terceiras, são comparadas em seguida, reconciliando-se as eventuais discrepâncias.

Nos estoques muito numerosos, as etiquetas podem ser na forma de cartão de computador, e a comparação entre a primeira e a segunda contagem, assim como os resumos e somas do levantamento podem ser feitos no equipamento de CPD. Não cabe ao auditor contar (fazer levantamentos) enquanto observa uma contagem de estoques e, sim, verificar a mesma na base de testes e determinar em geral, as providências para que os resultados sejam exatos. Se o auditor encontrar erros na contagem, deve informar ao componente da equipe responsável, a fim de esta possa tomar as medidas necessárias para saná-los. As contagens dos testes registrados pelo auditor devem conter alguma dessas correções para posterior verificação, se as mudanças foram feitas corretamente.

Durante a observação do levantamento, o auditor deve registrar informações relativas a recebimentos e embarques ocorridos imediatamente antes da data do mesmo, pois, assim se consegue coordenação do registro de compras, vendas e estoque em mãos. Posteriormente, podem-se confrontar esses dados com as últimas vendas e compras registradas no período.

Estreitamente relacionado com a coleta de dados está o procedimento que visa assegurar ao auditor dados sobre o movimento de mercadorias durante a contagem do estoque. Qualquer descontrole nesse movimento de mercadorias para a área em que se efetua o levantamento, dentro dela ou fora, pode levar a contagens errôneas. Durante todo o período de observação, o auditor precisa estar

atento para os movimentos de estoques e assegurar de que os mesmos são devidamente registrados. Para se ter certeza da exatidão dos dados contábeis relativos a estoques, o auditor tem de testar as transações registradas no sistema de estoque. Esses testes, geralmente, repetem os que foram feitos pelo auditor na área de vendas, contas a receber, custo de mercadoria vendida e contas a pagar. As transações básicas a serem testadas com relação a estoques são recebimentos e remessas. Os procedimentos devem constar de escolha de documentos, fonte que corroboram os recebimentos e despachos, conferência dos lançamentos desses documentos nos registros contábeis, e determinação de que essas transações têm coordenação com as compras e vendas autorizadas.

Os estoques são apresentados como ativo circulante no balanço, divulgando-se também a base utilizada para sua avaliação. As bases aceitas são as de custo histórico ou de mercado, o que for mais baixo. Se o auditor verificar que o custo de mercado (custo de reposição ajustado) for menor que o histórico dos estoques, ele normalmente insiste para que o estoque seja apresentado pelo preço de estoque. Os itens obsoletos ou de pouca movimentação podem ser lançados pelo valor nominal. Frequentemente se divulgam os totais de valor de custos e de mercado dos estoques, assim como qualquer outra informação pertinente sobre o valor ou potencialidade de venda. A descrição dos estoques também deve conter indicação do método usado para custeio.

2.2 Análise de Custos x Orçamento

É um instrumento de planejamento e controle das receitas, despesas e resultados do empreendimento. O orçamento parte do comportamento do passado e olha para as possíveis mudanças futuras, quantificando, em termos econômicos e financeiros, as atividades da empresa. Trata-se de uma previsão, uma meta, de acordo com a qual serão tomadas as decisões na empresa. O orçamento integra aspectos operacionais e financeiros, servindo para fixar objetivos, políticas e estratégias, harmonizar os objetivos das partes da empresa, quantificar as atividades e suas datas de realização, melhorar a avaliação e a utilização de recursos. O controle orçamentário se presta ainda a comunicar, aos donos e administradores, as intenções e realizações da empresa e é eficaz instrumento para se avaliar se a realidade da empresa está de acordo com aquilo que seus proprietários desejam

dela.

Para a elaboração básica de um orçamento, é necessário determinar o volume atual de vendas e o preço médio por produto. Com base no volume de vendas esperado, é possível calcular o custo de produtos vendidos (indústria), o custo de mercadorias vendidas (comércio) ou o custo de serviços prestados (serviços), contando com insumos diretos, mão-de-obra direta, etc. É importante prever se há expectativa de inflação nos itens de custo para se poder projetar, adequadamente, os gastos na produção, comercialização e serviço.

2.3 Custos x Sustentabilidade Ambiental

Sustentabilidade trata-se de uma área contábil, que envolve um tripé de avaliação. A sustentabilidade é avaliada em três dimensões: social, ambiental e econômica. O foco principal é o social e ambiental.

Processo sustentável é aquele que consegue alcançar níveis avançados ou até mesmo superiores em termo de economia, ambiente e sociedade. O desafio é descobrir como equacionar ou equalizar essas três dimensões. Uma que quando se fala em sustentabilidade, é uma tentativa de criar um tema em comum, um fenômeno em comum, multidisciplinar. Todas as áreas precisam convergir. Cabe às empresas conciliarem todas as questões de forma a proporcionar lucratividade sem desprezar as questões ambientais e sociais. Não adianta uma empresa pensar 30, 40, 50 anos de lucratividade se lá na frente não houver sociedade para usufruir disso, ou se no futuro, o meio ambiente, que é um grande fornecedor de matérias-primas, estiver totalmente depredado. Também não é aconselhável uma empresa pensar apenas em conservação do meio ambiente, e por conta disso o desemprego aumentar, ou devido à proibições ou elementos que não a possibilitem ter outras opções ou meios de aumentar sua lucratividade. Um desenvolvimento sustentável carrega aspectos muito complexo a serem tratados. Uma vez que não caminha apenas pela área de custos, que engloba Ciências Contábeis, Economia, Administração, Engenharia, mas sim várias outras ciências.

Um dos principais custos de sustentabilidade para as empresas seria o custo ambiental. Ele pode se dar de duas formas. Primeiro por uma exigência legal que obriga a empresa a tomar certas precauções e tratamentos. Isso pode gerar novos tipos de controles, necessidades ou processos mais caros. Querendo ou não isso

aumentaria o custo dela. Tem o custo que surge por um empenho da empresa sem determinação legal, de começar a desenvolver e a se preparar para um ambiente novo.

Em linhas gerais pode-se dizer que a consciência de custo ambiental já foi absorvida pelas empresas, a elaboração de projetos, hoje é feito de forma distinta de outros tempos, quando as regulamentações ambientais eram diferentes. As empresas já perceberam que a sustentabilidade afeta os negócios e sua própria continuidade.

3 AUDITORIA

3.1 Auditoria Externa

A auditoria externa é feita por um profissional totalmente independente da empresa auditada. O objetivo do auditor externo é emitir uma opinião (chamado parecer) sobre as demonstrações financeiras.

O auditor externo executará os seguintes procedimentos:

- Comprovar a exatidão dos registros contábeis;
- Propor soluções para o aperfeiçoamento do controle interno e do sistema contábil da entidade;
- Verificar a correta apresentação e divulgação das demonstrações contábeis;

Dentro das limitações de seu objetivo, o auditor externo, deve estar atento à possibilidade de irregularidades, bem como deve procurar dar sugestões de melhoria dos controles internos e de planejamento fiscal adequado com possíveis economias de impostos.

Existem dois outros fatores que contribuem para ampliar a independência do auditor externo:

- O código de ética de suas organizações profissionais, as exigências da Comissão de Valores Mobiliários – CVM – e de outros órgãos governamentais específicos do ramo de atividade da empresa contratante, assim como as exigências de outras empresas, como bancos credores, que igualmente fazem uso do relatório/parecer da auditoria externa.
- Com respeito à fidelidade de suas demonstrações contábeis, o parecer da auditoria é um documento frequentemente reproduzido pelos clientes e transmitido a outras partes interessadas. Essas terceiras pessoas podem, assim, utilizar-se desse documento para tomarem decisões em relação à empresa examinada.

3.2 Auditoria Independente

A auditoria independente das demonstrações contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos, que tem por objetivo capacitar o auditor a emitir um parecer sobre a adequação com que estas representam a posição patrimonial e

financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos da entidade auditada, consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade e legislação específica no que for pertinente.

Abaixo veremos os segmentos que são obrigados à contratação de auditoria independente:

- Sociedades Anônimas de Capital Aberto
- Sociedades com atuação regulada pelo Banco Central do Brasil (bancos, corretoras, financeiras, etc.)
- Planos de Saúde
- Sociedades filantrópicas ou beneficentes, principalmente quando previsto em estatuto.
- Cooperativas

3.3 Auditoria Interna

A auditoria interna é realizada por um colaborador da empresa e tem como função principal verificar se as normas e as políticas internas vêm sendo seguidas, assim atendendo as necessidades da administração e/ou proprietários para a tomada de decisão, o efetivo controle organizacional e a detecção e prevenção de fraudes e incorreções.

Hoog e Sá (2005) ressaltam que a auditoria interna é “um sistema de controle contábil que acompanha e estuda o cerceamento de erros e fraudes através de cuidar de técnicas de revisão constante de processos e acontecimentos”.

A auditoria interna é uma ferramenta essencial que auxilia a alta administração com informações exatas e ajuda no controle e na elaboração de controles contábeis e financeiros, contribuindo significativamente para a gestão eficaz dos negócios.

3.4 **Quadro das diferenças básicas entre a Auditoria Interna e a Auditoria Externa**

| Auditoria Interna | Auditoria Externa |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| A auditoria é realizada por um funcionário da empresa | A auditoria é realizada através de contratação de um profissional independente |
| O objetivo principal é atender as necessidades da administração | O objetivo principal é atender as necessidades de terceiros no que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras |
| A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizado para desenvolver aperfeiçoamento e para induzir ao cumprimento de políticas e normas, sem estar restrito aos assuntos financeiros | A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizado para determinar a extensão do exame e a fidedignidade das demonstrações financeiras |
| O trabalho é subdividido em relação às áreas operacionais e às linhas de responsabilidade administrativa | O trabalho é subdividido em relação às contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado |
| O auditor diretamente se preocupa com a detecção e prevenção de fraude | O auditor incidentalmente se preocupa com a detecção e prevenção fraudes, a não ser que haja possibilidade de substancialmente afetar as demonstrações financeiras |
| O auditor deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho ele examina, porém subordinado às necessidades e desejos da alta administração | O auditor deve ser independente em relação à administração, de fato e de atitude mental |
| A revisão das atividades da empresa é contínua | O exame das informações comprobatórias das demonstrações financeiras é periódica, geralmente semestral ou anual. |

Fonte: Maph Editora

3.5 A importância da auditoria nas empresas

A Auditoria garante a qualidade dos números contábeis, ajuda na identificação e gerenciamento de riscos, ajuda no aprimoramento dos procedimentos e controles internos, permite a detecção de fraudes, cada vez mais comuns no ambiente corporativo, e aprimora o desenvolvimento das pessoas. É um serviço que contribui muito para o desenvolvimento das empresas. Um trabalho eficiente de Auditoria leva a empresa a alcançar resultados concretos e ganhos significativos.

Um dos grandes benefícios que a auditoria externa traz, além de verificar a exatidão das demonstrações contábeis, é que o auditor divide a responsabilidade com o contador, administrador ou sócio da empresa, com relação aos números que estão refletidos no balanço, lembrando que divide, mas não exclui a responsabilidade.

3.5.1 Controle Interno

A norma de auditoria referente ao trabalho no campo geralmente aceita estabelecem que o auditor deva avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada com o intuito de determinar a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria.

Conforme Almeida (1996), o auditor executa os seguintes passos em sua avaliação de controle interno:

- Levanta o sistema de controle interno;
- Verifica se o sistema levantado é o que está sendo seguido na prática;
- Avalia a possibilidade de o sistema revelar de imediatos erros e irregularidades;
- Determina tipo, data e volume dos procedimentos de auditoria.

A administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de que está sendo seguido pelos funcionários e por suas possíveis modificações no sentido de adaptá-lo às novas circunstâncias e as principais razões para se definirem as atribuições, são:

- Assegurar que todos os procedimentos de controles sejam executados;

- Detectar erros e irregularidades;
- Apurar as responsabilidades por eventuais omissões na realização das transações da empresa.

4 ESPECIFICIDADE DE CONTABILIDADE PÚBLICA

Contabilidade pública é o ramo da contabilidade que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações. Seu escopo relaciona-se ao controle e gestão dos recursos públicos. A contabilidade pública não está interessada somente no patrimônio e suas variações, mas, também, no orçamento e sua execução (previsão e arrecadação da receita e a fixação e a execução da despesa). (CONTABILIDADE..., 2012).

A contabilidade pública vem passando por um processo de convergência as Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (NICSP). A metodologia utilizada pela IFAC – International Federation of Accountants (órgão responsável pela emissão de normas internacionais), para a emissão de normas do setor público (IPSAS – Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público) baseia-se nos padrões aplicados ao setor empresarial emitidos pelo IASB – International Accounting Standard Board, ou seja, inspira-se nas IFRS – International Financial Reporting Standards.

O PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público tem como objetivo geral estabelecer normas de procedimentos para o registro das operações do setor público e permitir a consolidação das contas públicas nacionais. Deve ser utilizado por todos os poderes de cada ente da federação, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como pelas empresas estatais dependentes, tendo sua implantação facultativa para todos os entes em 2011, obrigatória na União, Estados e DF em 2012 e nos Municípios obrigatória a partir de 2013.

O novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público permite a visão patrimonial, orçamentária e de controle. É composto por informações de natureza patrimonial, informações de natureza orçamentária e informações de natureza típica de controle.

As contas com informações de natureza patrimonial registram, processam e evidenciam os fatos financeiros e não financeiros relacionados com as variações qualitativas e quantitativas do patrimônio público, representadas pelas contas que integram o Ativo, Passivo, Patrimônio Líquido, Variações Patrimoniais Diminutivas e Variações Patrimoniais Aumentativas.

As contas com informações de natureza orçamentária registram, processam e evidenciam os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária, representadas pelas contas: Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento e Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.

As contas com informações de natureza típica de controle registram, processam e evidenciam os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como outras que tenham função precípua de controle, seja para fins de elaboração de informações gerenciais específicas, acompanhamento de rotinas, elaboração de procedimentos de consistência contábil ou para registrar atos que não ensejaram registros nas contas patrimoniais, mas que potencialmente possam vir a afetar o patrimônio, representadas pelas contas: Controles Devedores e Controles Credores.

A entrevista, foco do assunto em questão, foi realizada no dia 16/04/2012 com o professor Amaro da Silva Junior, graduado em Ciências Contábeis e Administração, pós-graduado em Administração Pública e Mestre na Gestão das Cidades, professor universitário na PUC-Minas campus Barreiro e Coração Eucarístico e servidor público municipal na Prefeitura de Belo Horizonte.

Com relação à aplicabilidade do novo plano de contas na geração dos demonstrativos contábeis o professor Amaro nos informou que:

A adoção do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público possibilitará ao usuário interno e externo leitura estratificada do ponto de vista do controle administrativo e evidenciação do patrimônio público nos moldes das reformas contábeis levadas a cabo pelo Conselho Federal de Contabilidade, STN – Secretaria do Tesouro Nacional e demais entidades e órgãos da administração pública brasileira. (Amaro da Silva Junior).¹

Sobre o novo Balanço Patrimonial como fonte de informações para o processo decisório bem como a Demonstração de Fluxo de Caixa e as variações patrimoniais, nos informou que:

As demonstrações contábeis propostas pelo MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público possibilitarão aos usuários internos e externos melhores informações da administração pública pela ótica patrimonial, financeira e da gestão orçamentária. Com isso, ganha o processo decisório da gestão pública por conta da maior abrangência das informações disponibilizadas nos diversos portais das esferas governamentais. Podendo destacar a inovação da Demonstração de Fluxo de Caixa, para auxiliar a área financeira do sistema de controle interno. Outro ponto a destacar é o alinhamento das informações contidas no Balanço Patrimonial com a nomenclatura praticada pelo setor privado, o que

¹ Entrevista sobre as especificidades da Contabilidade Pública realizada com o professor Amaro da Silva Júnior. Pesquisa de campo realizada na PUC-Minas campus Coração Eucarístico em 16/04/2012.

possibilitará melhor entendimento principalmente por parte das pessoas que não tem familiaridade com as informações contábeis públicas. (Amaro da Silva Junior).¹

Referente à viabilidade e exequibilidade da agenda da reforma contábil até 12/2014 (será que os Estados e Municípios darão conta?), nos informou que:

A agenda de trabalho revista em 12/2011 procura adequar a proposta da reforma contábil a realidade das condições tecnológicas, administrativas e de recursos humanos dos entes e entidades do governo brasileiro. Diante disso, mesmo que não tenhamos a totalidade dos órgãos e entidades integrados ao MCASP – Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, teremos grande parte adotando a proposta padronizada e harmoniosa da nova contabilidade aplicada ao setor público. (Amaro da Silva Junior).¹

Para encerrar, complementou, “numa leitura da realidade brasileira, podemos afirmar que nos próximos quatro anos passaremos por um período de intenso trabalho de revisão da prática contábil”. (Amaro da Silva Junior).¹

¹ Entrevista sobre as especificidades da Contabilidade Pública realizada com o professor Amaro da Silva Júnior. Pesquisa de campo realizada na PUC-Minas campus Coração Eucarístico em 16/04/2012.

5 AS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO COM O CONTEXTO, PROCESSO E TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO EM ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

O Orçamento Empresarial é um conjunto de planos operacionais que permite à empresa conhecer e avaliar de forma antecipada seus resultados operacionais dentro de um cenário traçado, orientando as decisões e facilitando a gestão dos recursos. É um instrumento elaborado com o objetivo de determinar as quantias e quantidades de recursos que serão necessários para que a empresa possa implementar suas estratégias.

O Orçamento Empresarial contribui para orientar a identificação e alocação dos recursos necessários à consecução das metas propostas, distribuir e maximizar a utilização dos recursos, criando condições para o bom desempenho das ações e auxiliando na identificação de variáveis (riscos internos e externos) para a minimização dos riscos. Permite o aprimoramento do processo de gestão estratégica em todas as fases das operações, contribuindo assim para a manutenção da vida em longo prazo da organização e para tomada de decisões de forma planejada e com segurança.

Frezatti (2009, p. 46), conceitua orçamento como “plano financeiro para implementar a estratégia da empresa para determinado exercício”. O orçamento “contém as prioridades e a direção da entidade para um período e proporciona condições de avaliação do desempenho da entidade, suas áreas internas e seus gestores”.

O Orçamento Empresarial consiste em um agrupamento e aplicações das diversas áreas do conhecimento, como por exemplo, Administração, Contabilidade de Custos, Contabilidade Geral, Contabilidade Fiscal e Tributária, Estatística, Economia, Matemática Financeira, entre outras, as quais aplicadas contribuem para a formação e aprimoramento do processo orçamentário.

A Administração dentro do Orçamento Empresarial é uma ferramenta gerenciadora, pois através dela se estuda o empreendimento com o objetivo de alcançar um resultado eficaz e financeiro. A administração é a ponte entre os meios (recursos financeiros, tecnológicos e humanos) e os fins (objetivos). Contribui para o orçamento empresarial na elaboração de planos, pareceres, relatórios e projetos, enfatizando em um conjunto de normas e funções elaboradas para orientar o

processo orçamentário.

Dentro do processo orçamentário, a Contabilidade de Custos permite a empresa visualizar os custos como recursos colocados à disposição da produção, visando atingir a produção planejada, evidenciando que a ocorrência de custos não deve ser encarada negativamente pela empresa, mas que estarão presentes sempre que haja atividade econômica e produção. A Contabilidade de Custos tem grande importância e relevância dentro do orçamento empresarial, pois é através dela que se conhecem todos os custos incorridos na administração. É o ramo da contabilidade que se destina a elaborar e aplicar técnicas de custeio essenciais, como por exemplo - a alocação criteriosa e adequada dos custos de produção aos produtos - objetivando na diminuição dos custos e maximização dos resultados.

A Contabilidade Geral contribui para o orçamento empresarial na tomada de decisão através das Demonstrações Contábeis – Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Valor Adicionado, etc. - pois é através deles que conhecemos a vida e histórico da empresa para tomada de decisões.

Já a Contabilidade Fiscal e Tributária, podemos utilizá-la como instrumento de projeção, redução dos impostos e planejamento tributário da empresa, tudo dentro da legalidade fiscal permitida.

A Estatística é outra área do conhecimento fundamental dentro do orçamento empresarial. Por meio de sondagem, de coleta de dados e de recenseamento de opiniões, podemos conhecer a realidade geográfica e social, os recursos naturais, humanos e financeiros disponíveis, as expectativas da comunidade sobre a empresa, e estabelecer suas metas, seus objetivos com maior possibilidade de serem alcançados a curto, médio e longo prazo. A Estatística ajudará o orçamento, na seleção e organização da estratégia a ser adotada no empreendimento, ainda, na escolha das técnicas de verificação e avaliação da quantidade e da qualidade do produto e mesmo dos possíveis lucros e/ou perdas.

A Economia, cada vez mais, é aplicada em áreas que envolvem decisões dentro das organizações, sendo ferramenta essencial para tomada de decisão e por isso é primordial dentro orçamento empresarial. “A Economia é a ciência social que estuda a produção, distribuição, e consumo de bens e serviços”, além de estudar as formas de comportamento humano resultante da relação entre as necessidades dos homens e os recursos disponíveis para satisfazê-las. Está sempre analisando os

principais problemas econômicos: o que produzir, quando produzir, em que quantidade produzir e para quem produzir. Por isso desempenha como ferramenta orientadora dentro do orçamento empresarial. Através dela identificam-se as necessidades (o que fabricar) e o consumo (quanto fabricar) demandados dentro das organizações, permitindo conhecer o mercado externo e com isso alcançar metas próximas das ideais dentro do orçamento.

A Matemática Financeira é uma ferramenta útil na análise das alternativas de investimentos ou financiamentos de bens de consumo. Seu principal objetivo é fornecer instrumentos matemáticos (fórmulas, tabelas, gráficos, diagramas) que permitam a análise e a comparação de operações financeiras e a tomada de decisão da organização quanto a elas. Por isso é vista como uma das áreas do conhecimento que contribui para o processo orçamentário, como ferramenta de apoio aos cálculos, comparações e na execução e ajuste, caso necessário, da execução do orçamento.

Em geral, o principal objetivo das áreas do conhecimento é contribuir para o orçamento na definição das melhores práticas operacionais, de modo a aplicá-las de forma eficaz e competente, minimizar os possíveis riscos do negócio empresarial, notadamente na busca por suas intenções estratégicas.

6 EVIDENCIAÇÃO DA ÉTICA PROFISSIONAL

O estudo da ética é de grande importância tendo em vista o desligamento gradual das pessoas para os princípios essenciais ao bem comum, uma vez conseguida a liberdade individual, através da inter-relação entre a razão, o livre arbítrio e a inclinação. No que se refere ao profissional contabilista, a ética deve ser norteada no sentido de garantir que seu trabalho seja realizado e validado dentro de normas, regras e padrões impostos pelos órgãos competentes.

Buscando sua definição, a ética é o conjunto de importâncias e princípios que cada um das pessoas usa para decidir como se portar em cada ocasião da sua vida, é um código de conduta pessoal, determinado única e exclusivamente por cada pessoa. A Ética Profissional é um conjunto de normas morais pelas quais o indivíduo deve orientar seu comportamento na profissão que exerce.

O profissional contábil, de acordo com o Código de Ética Profissional e observando toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, tem o dever de exercer sua profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica. É seu dever profissional guardar sigilo sobre o que souber em razão do exercício profissional lícito, zelar pela sua competência exclusiva na orientação técnica dos serviços a seu cargo, dentre outros deveres impostos pelo Código.

A Natura elabora suas demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Necessitando de confiabilidade em suas informações, a Sociedade utiliza de seus auditores independentes, os quais expressam uma opinião sobre as demonstrações contábeis com base nas normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção.

7 DECLARAÇÕES E DEMONSTRATIVOS OBRIGATÓRIOS

Atualmente, todas as pessoas jurídicas e equiparadas, perante a Legislação Comercial, Fisco Federal, independentemente do seu enquadramento jurídico ou da forma de tributação perante o Imposto de Renda, estão obrigadas a cumprir algumas obrigações ou normas legais.

As obrigações acessórias têm como objetivo a prestação de contas ao Fisco e isto independe do cumprimento da obrigação principal, ou seja, mesmo que o tributo tenha sido pago, o não cumprimento das obrigações acessórias relacionadas ao mesmo, acarreta a penalidades.

7.1 Principais Declarações e Demonstrativos – Obrigações Acessórias

| Âmbito | Obrigação Acessória | Periodicidade | Principais informações |
|-----------|---------------------|---------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Federal | DACON | Mensal | Demonstrativo que informa sobre a apuração do PIS e COFINS no regime cumulativo e não cumulativo e do PIS com base na folha de s l rios. |
| Federal | DCTF | Mensal | Declaração que possui informações relativas aos valores devidos dos tributos e contribuições federais (débitos), e os respectivos valores de créditos vinculados (pagamento, parcelamento, compensação, etc.). |
| Federal | DIPJ | Anual | Declaração de rendimentos compreendendo o resultado das operações do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior. |
| Estadual | DAPI | Mensal | Declaração que apura e informa o valor a ser pago ou restituído a título de ICMS. |
| Estadual | SINTEGRA | Mensal | Declaração que tem a finalidade de facilitar o fornecimento de informações dos contribuintes aos fiscos estaduais e de aprimorar o fluxo de dados nas Administrações Tributárias e entre as mesmas. |
| Estadual | VAF/DAMEF | Anual | Demonstrativo que informa o movimento econ mico e fiscal do contribuinte, bem como fornece dados para o cálculo de índices percentuais indicadores da participação dos municípios no montante do ICMS e do IPI. |
| Municipal | DES | Mensal | Declaração que demonstra à Prefeitura todos os serviços tomados e prestados dentro do mês no município. |

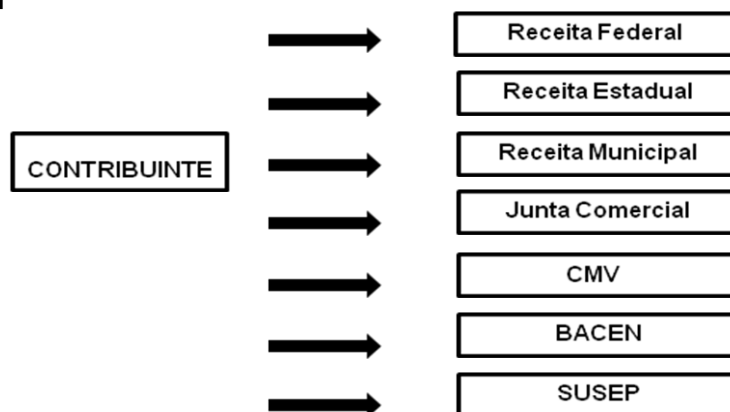
7.1.1 SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

De modo geral, o Sped consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

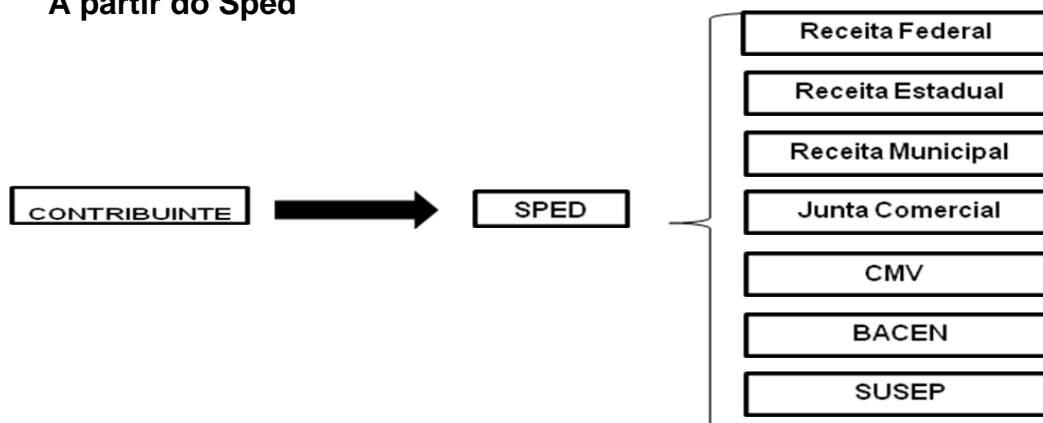
Os principais objetivos do Sped são:

- Promover a integração dos fiscos: federal, estadual e municipal, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias: para os contribuintes, com os estabelecimentos de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais rápido a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

Antes dos Sped



A partir do Sped



Os principais projetos do Sped são:

- EFD – Escrituração Fiscal Digital;
- ECD – Escrituração Contábil Digital;
- NF-e – Nota Fiscal Eletrônica;
- EFD-Contribuições (PIS e COFINS);
- E-Lalur (projeto em elaboração).

7.2 Relações com as demais disciplinas

A partir da auditoria tributária é possível verificar a apuração tributária da entidade, bem como os cumprimentos das obrigações acessórias e a aplicabilidade dos procedimentos fiscais. Através das obrigações acessórias corretamente preenchidas é possível obter a certeza do recolhimento correto dos tributos e também a prevenção de multas e ainda se verificar casos de pagamentos a maior, ou indevidos, a possibilidade de recuperação ou compensação. A auditoria tributária apresenta sugestões para economia de impostos, abrangendo os tributos e obrigações acessórias.

Ética profissional é um conjunto de normas que conduzem os profissionais de determinada profissão, auxiliando-os a gerar serviços com qualidade e segurança de modo a visar o bem estar da sociedade. Na contabilidade, o CRC-MG através do Código de Ética, artigo 2º, capítulo I, nos traz que é dever do Profissional de Contabilidade:

Exercer a profissão com zelo, diligência, honestidade e capacidade técnica, observada toda a legislação vigente, em especial aos Princípios de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, e resguardados os interesses de seus clientes e/ou empregadores, sem prejuízo da dignidade e independência profissional. (RESOLUÇÃO, 1996).

Se todo profissional seguir as condutas do Código de Ética é possível preencher todas as declarações e demonstrativos sem fraudes ou erros.

As informações relacionadas à disciplina de Análise de Custos podem ser alocadas DIPJ – Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica, no caso de empresas enquadradas no Lucro Real com apuração trimestral ou anual do imposto de renda, que exerçam atividades industrial, rural, comercial, imobiliária ou de prestação de serviços - na ficha 4 A – Custo dos Bens e Serviços Vendidos. Nesta ficha, todas as linhas estão diretamente relacionadas a informações relativas

aos custos da empresa. Tais como: Custo dos Produtos de Fabricação Própria Vendidos, Custo de Pessoal aplicado na produção, Estoques do final do período (inclusive produtos em elaboração), Custo das Mercadorias Revendidas, Custo dos Serviços Vendidos, Custo dos Produtos da Atividade Rural Vendidos, entre outros.

7.3 Pesquisa de Campo – Realidade Profissional

De acordo com Marcelo Dias, contador da Contabilidade Orientação Assessoria Contábil Ltda., no que se refere à entrega das declarações contábeis, o primeiro item a estar atento são os prazos, as data de entrega. E o que mais contribui para elaboração e entrega das declarações e obrigações acessórias é um sistema contábil bem adaptado, integrado e que funcione. Que possa receber todas as informações com completa fidelidade ao real.

A maioria dos sistemas e ERP possuem arquivos que possibilitam a exportação para os programas de entrega das declarações. A grande dificuldade, hoje, é que em muitos sistemas é possível alterar dados e até mesmo ocultar, com isso é necessário quanto ao preenchimento das declarações não apenas exportar os dados, mas também conferir a autenticidade.

Com a implantação do Sped as empresas devem manter o banco de dados, tanto de mercadorias (estoque), clientes e fornecedores, completamente atualizados. Com a Nota Fiscal Eletrônica, os dados são automaticamente lançados e enviados ao fisco, com isso não há possibilidade de alteração interna, o que facilita muito o preenchimento. As empresas estão em um nível de exposição fiscal muito alto, e ninguém quer ser multado, portanto a tendência são as empresas se organizarem mais e diminuir a sonegação. (Marcelo Dias)²

Através da disciplina de Sistemas Contábeis II adquirimos os conhecimentos teóricos e práticos para utilização de sistemas informatizados, bem como a utilização e preenchimento das declarações obrigatórias dos sistemas dos órgãos públicos, principalmente a Receita Federal. De acordo com Marcelo, quando se contrata um profissional que já tem conhecimento das declarações facilita muita o entendimento e até mesmo o preenchimento. Pois conseguem entender da onde você precisa retirar cada dado para compor as declarações.

² Entrevista sobre Obrigações Acessórias – A realidade do profissional realizada com o contador Marcelo Dias. Pesquisa de campo realizada no escritório de Contabilidade Orientação Assessoria Contábil Ltda., em 28/04/2012.

8 CONCLUSÃO

Através do desenvolvimento do presente trabalho, constatou-se a valorização do patrimônio humano através de treinamentos e desenvolvimento técnico e profissional, assegurando assim o bem estar e a qualificação dos profissionais, refletindo em um resultado positivo da organização.

Logo, pode-se concluir que é de suma importância o planejamento estratégico para que a organização funcione adequadamente segundo os parâmetros legais e com o objetivo de não somente ser satisfatória os seus empregados e a terceiros, mas também, zelar pelo seu código de ética, que faz com que seus empregados busquem o desenvolvimento com qualidade do atendimento dos serviços prestados pela entidade.

Assim como são importantes as diversas áreas do conhecimento e como elas contribuem para o processo orçamentário dentro das organizações empresariais, sendo ferramentas de orientação, controle, projeção, identificação e de resultado, dentro das atividades operacionais e estratégias do negócio empresarial.

A reforma contábil no setor público possibilitará aos usuários das informações uma melhor visão da gestão pública, seja através de dados patrimoniais, financeiros ou orçamentários.

Percebemos através deste trabalho a importância da prática em laboratório, vivenciado na disciplina de Sistemas Contábeis II, para termos um desempenho profissional melhor.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: Um Curso Moderno e Completo. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. Brasília: RFB. Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/sped-fiscal>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **DIPJ – Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica**. RFB. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Principal/Informacoes/InfoDeclara/declaraDIPJ.htm>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

CONTABILIDADE Pública. Portal de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidadepublica.htm>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

CREPALDI, Silvo Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

FECAP. **O Parecer dos Auditores Independentes sobre Demonstrações Contábeis: uma abordagem sobre o parecer-padrão, atualmente em vigor no Brasil**. Disponível em: <http://www.fecap.br/adm_online/art0503/art5033.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2012.

HOOG, Wilson Alberto Zappa; Sá, Antônio Lopes de. **Corrupção, fraude e contabilidade**. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2005.

Integra Auditoria. **Importância da Auditoria**. Disponível em: <http://www.integraauditoria.com.br/noticia.php?id_not=3>. Acesso em: 23 mai. 2012.

MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

PLANO de Contas Aplicado ao Setor Público. Disponível em: <http://eventos.fecam.org.br/a9xp/scripts/a9_download.php?f=%2Fwww%2Feventos%2Farquivosbd%2Fpaginas%2F1%2F0.808249001313439112_ccasp_pcasp_blumenau.ppt&fn=ccasp_pcasp_blumenau.ppt>. Acesso em: 17 abr. 2012.

Portal de Contabilidade. **Auditoria**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/auditoria.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

Portal de Contabilidade. **Auditoria Interna Organizações**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/auditoria-interna-Organizacoes.htm>>. Acesso em: 23 mai. 2012.

Portal da Educação. **Diferenças básicas entre a auditoria interna e auditoria**

externa. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/gestao-e-lideranca/artigos/6304/diferencas-basicas-entre-a-auditoria-interna-e-a-auditoria-externa>>. Acesso em: 12 mai. 2012.

RESOLUÇÃO CFC Nº 803/96. **Código de Ética Profissional do Contador – CEPC.** Disponível em:

<http://www.crcmg.org.br/arquivos/servicos/codigo_de_etican.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2012.

SANTOS, Theobaldo Miranda. Manual de Filosofia. 8. ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957

Secretaria da Receita Federal do Brasil. **Arrecadação por estado (mês a mês) - anos anteriores.** Disponível em:

<<http://www.receita.fazendag.gov.br/historico/arrecadação/porestado>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

TAVARES, Cássio de Pinho. Orçamento Empresarial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

APÊNDICE A – PESQUISA DE CAMPO

Entrevistado: Marcelo Dias

Cargo: Contador

Empresa: Orientação Assessoria Contábil Ltda.

1 – Quais as declarações e demonstrativos você tem que enviar?

Presto serviços a várias empresas, tanto incluídas no Simples, no Lucro Presumido e também Real. Por isso faço entrega de muitas declarações: Simples Nacional, DACON, DCTF, DIPJ, IRPJ, DIRF, PER/DCOMP, entre outras.

2 – Quais são os procedimentos realizados para gerar as declarações e demonstrativos com as quais as empresas são obrigadas?

A princípio é necessário sempre estar atento aos prazos, às datas de entrega de cada declaração. Para isso criei um calendário interno da contabilidade que nos facilita a estarmos sempre em dia. Temos, então, tempo hábil para preenchermos corretamente as declarações. A partir daí, inserimos de acordo com cada programa os dados necessários para compor cada declaração. Há empresas que possuem sistemas integrados que nos mandam os arquivos, então importamos para o programa gerador, o que facilita muito. Outras, no entanto, não possuem e temos que inserir os dados manualmente.

3 – Como os sistemas contábeis e/ou ERP podem contribuir para facilitar a elaboração das declarações e obrigações acessórias?

O que mais contribui para elaboração e entrega das declarações e obrigações acessórias é um sistema bem adaptado, integrado e que funcione. Que possa receber todas as informações com completa fidelidade ao real.

Com a implantação do Sped as empresas devem manter o banco de dados, tanto de mercadorias (estoque), clientes e fornecedores, completamente atualizados. Com a NF-e os dados são automaticamente lançados. As empresas estão em um nível de exposição fiscal muito alto, e ninguém quer ser multado, portanto a

tendência são as empresas se organizarem mais e diminuir a sonegação.

4 – Hoje, qual a maior dificuldade, relativo aos sistemas e entrega de declarações?

Conforme já mencionei anteriormente há sistemas integrados e ERP que possuem arquivos que possibilitam a exportação para os programas de entrega das declarações. A grande dificuldade é que em muitos ainda é possível alterar dados e até mesmo ocultar o que afeta diretamente na veracidade dos dados. Para não termos problemas com a veracidade dos dados, quando preenchemos as declarações conferimos sempre, conferimos com o real. Normalmente já sabemos as empresas que tem este tipo de problema, portanto ficamos sempre atentos.

5 – Nós do curso de Ciências Contábeis, temos a disciplina Sistema Contábeis II, na qual aprendemos o preenchimento de muitas declarações. Você acha que isso pode contribuir na formação e atuação do profissional contábil?

Com toda certeza sim. Quando você admite um recém formado que mesmo que não tenha experiência na área, mas já tem conhecimento das declarações facilita muito o entendimento e até mesmo o preenchimento. Pois conseguem entender da onde você precisa retirar cada dado para compor as declarações.